



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia da Consciência Negra e lançamento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**

**Serra da Barriga-AL, 20 de novembro de 2003**

Meus queridos companheiros, povo da querida União dos Palmares,  
Povo do estado de Alagoas,  
Meu querido governador Ronaldo Lessa,  
Minha querida ministra Matilde Ribeiro, nossa secretária da Igualdade Racial,

Eu não vou citar todos os nomes aqui, porque já foram citados pelo governador do Estado, mas eu quero dizer que é com alegria que eu vejo os deputados federais presentes a este ato. Eu vejo prefeitos e prefeitas de várias cidades, aqui presentes. A minha querida companheira Benedita da Silva, nossa ministra da Assistência Social. A nossa companheira Emília Fernandes. O senador Renan Calheiros. Tantos companheiros, nós que há tantos anos nos encontramos pelas terras deste nosso querido Brasil. Nossa querida companheira Kátia, prefeita de Maceió. Nosso querido Bonfim.

Eu vou falar sobre Zumbi dos Palmares, porque o que estamos fazendo hoje é dar continuidade a um trabalho de conscientização da sociedade brasileira sobre a necessidade de passar para a cabeça e para a consciência do nosso povo alguns heróis que só serão heróis no dia em que a sociedade brasileira os assumir como tais. Durante muito tempo, muitos dos que um dia viriam a ser heróis do país foram tratados como se fossem marginais, como se fossem pessoas não gratas na sociedade brasileira.

Então, o trabalho de recuperação é um trabalho difícil. Não basta dar um grito, não basta fazer um discurso e não basta uma boa tese na universidade.



É preciso que as nossas crianças, na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio e na universidade aprendam a verdadeira história dos negros no nosso país. Quando isso acontecer, nós teremos uma nova geração que saberá dizer quem são os verdadeiros heróis do nosso país.

E Zumbi, não porque nós estamos aqui, mas pelo que ele simbolizou na luta contra a opressão neste país, certamente será um herói, tratado como herói. Não por nós apenas, mas por todas as crianças, os adolescentes, os adultos e os velhos deste país.

Esta é uma tarefa que não é pequena, é uma tarefa que vai depender muito do que nós fizermos daqui para a frente. Nós sabemos que este lugar será transformado num lugar sagrado, para recontar um pouco do que foi há 300 e poucos anos, e pode ficar certo, governador Lessa, minha companheira Matilde e companheiros que aqui participam do movimento de manutenção deste lugar extraordinário: o governo federal fará a sua parte para que Zumbi tenha o seu lugar de destaque neste estado de Alagoas.

Eu acredito mais na força da consciência. Ela se propaga, resiste, não se dobra. Mesmo presa atrás das grades, separada pelos oceanos, soterrada pelos séculos, sob a mira de um canhão, ela lateja, persiste e se impõe.

O ser humano nasce pela segunda vez na vida quando adquire consciência social, e renasce muito mais forte.

Eu costumo dizer que tenho duas datas de aniversário, mas pensando bem são três. Tem o dia em que eu nasci; o dia em que fui registrado; e o dia em que tomei consciência dos meus direitos e da necessidade de lutar pela conquista desses direitos. A consciência é como a gravidez: é um parto, e nem sempre sem dor. É bem verdade que muitos morreram depois que ela se instalou. Zumbi foi um deles, foi degolado e salgado num 20 de novembro como esse, há 308 anos. Mas sua consciência sobreviveu, percorreu três séculos e hoje está aqui lavando, outra vez, a nossa consciência e nos enchendo de vontade de lutar, como ele lutou, por liberdade e democracia. E é



por ela que nós nos reunimos hoje nesta Serra da Barriga, onde existiu o Quilombo dos Palmares, para homenageá-la, e não à cobiça dos algozes.

É difícil abandonar a própria consciência depois que ela se instala, porque ela cresce, invade cada célula do corpo, questiona cada certeza. Ativa a nossa mente com respostas cada vez mais claras, até que um dia irrompe e vem à luz. E o nosso olhar sobre o mundo nunca mais será o mesmo.

Por isso, esse Dia Nacional da Consciência Negra é também um chamamento à consciência social brasileira. Está na hora deste país encarar uma verdade disfarçada há quatro séculos: quem paga a principal conta da desigualdade neste país é a mulher negra, o homem negro, o idoso negro, o jovem negro, a criança negra.

Quando o Brasil aboliu a escravidão, em maio de 1888, restavam 5% de escravos na população. Hoje temos 1/3 de brasileiros vivendo na exclusão social. Portanto, a consciência nacional tem que ser tão forte, talvez até mais forte, do que aquela que animou Palmares a resistir, durante quase um século, contra os que pretendiam destruir a sua vida e o seu sonho de liberdade e justiça.

No Brasil colonial havia escravidão porque havia desigualdade, os homens não eram iguais perante a lei. Mais do que isso, os escravos eram tratados como animais ou como simples mercadoria.

No Brasil do século XXI há exclusão porque continua a haver desigualdade; hoje, os homens são iguais perante a lei, mas não têm oportunidades iguais. Os direitos republicanos são monopólio de uma parte da população, como se, na prática, o Brasil fosse uma República branca, ainda que 46% de seu povo seja negro.

Um milhão e 700 mil brasileiros mais ricos têm a mesma renda destinada à soma de 85 milhões de pobres. Vocês sabem tanto quanto eu: entre os ricos há poucos negros mas, entre os pobres, eles são maioria. De cada dez pobres, seis são negros e apenas 22% são brancos. Entre os



empresários, 22% são negros; a mortalidade infantil, meu caro Governador, é 60% superior entre as crianças negras.

E mais: somente 20% do crédito à agricultura familiar vão para os negros. Se acrescentarmos à cor a discriminação de gênero veremos que recai sobre a mulher negra a síntese das perversidades nacionais. Uma negra, pobre, nordestina, moradora da área rural não consegue ganhar, em média, mais que 1/3 do que ganha um cidadão ou uma cidadã branca. É quase uma servidão, para não falarmos em escravidão.

É preciso que, dentro do Estado brasileiro, a voz da mulher negra seja ouvida para dizer a cada ministro, a cada economista, a cada decisão orçamentária, ao Vice-Presidente da República, ao Presidente da República: eu sou gente, eu tenho direitos e quero a minha dignidade.

Foi por isso que nós criamos a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR, para que ela seja, dentro do governo, o grito dessa mulher negra e a voz altiva da metade negra da nossa população. É como diz a ministra Matilde Ribeiro: a metade negra do nosso povo é a metade pobre do Brasil, é a metade discriminada, é a metade esquecida, é a metade que, há quatro séculos, o Estado brasileiro finge que não vê.

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Foram 350 anos de senzala e pelourinho. Para cada um mês da nossa história, três semanas foram vividas sob a chibata do feitor. Os senhores coloniais importaram quase oito milhões de negros africanos e só a metade chegou viva aqui. Na lida do engenho, a vida útil de um escravo era moída entre cinco e oito anos.

A escravidão brasileira foi responsável por 40% de todo o tráfico feito no mundo. Hoje, somos a segunda maior nação negra do Planeta, só menor do que a Nigéria.



A composição africana do nosso povo enriqueceu o Brasil, seja no trabalho, na língua, na fé, na cultura, na espontaneidade, na alegria de viver, na criatividade, na beleza, nas mais variadas manifestações do espírito humano. Mas essa riqueza étnica carrega um passivo social ainda não pago e que persiste na forma da pobreza e do preconceito.

A Lei Áurea abriu a porta da senzala mas escondeu a chave da cidadania. A Abolição colocou 700 mil pessoas na rua, sem casa, sem emprego, sem comida, sem oportunidades; seria o equivalente, hoje, a 8 milhões e 500 mil pessoas. A liberdade veio junto com a exclusão e assim persiste até os nossos dias.

Essa desigualdade secular trava o desenvolvimento; concentra riquezas e oportunidades nas mesmas mãos e condena o país a viver o seu potencial pela metade. Por isso, a promoção da igualdade racial não é apenas um compromisso ético, mas é também uma diretriz política e econômica de desenvolvimento.

Cabe à SEPPIR coordenar esse desafio no governo federal e interagir com os governos estaduais e municipais para que o Brasil, finalmente, possa inscrever o combate à discriminação no pacto federativo nacional, somando ações de diversos organismos, em especial a Fundação Palmares, voltada ao fomento da cultura negra.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial que lançamos hoje é uma delas. Trata-se da garantia de direitos, visando a inclusão social. Para isso é necessária uma estreita colaboração entre as três esferas de governo: o federal, através da SEPPIR – em conjunto com outros organismos, os governos estaduais e as autoridades municipais. Em outras palavras, é preciso que a promoção da igualdade racial inscreva-se como um dos alicerces do pacto federativo brasileiro.

Quero anunciar, também, as novas regras para agilizar a regularização das terras remanescentes de quilombos, expressas em um novo decreto que



tem caráter fundiário, indicando também o compromisso de fortalecimento da identidade, da cultura, da história e dos territórios negros neste país.

O Brasil tem mapeados 743 remanescentes de quilombos; as projeções indicam que há muito mais, mas apenas 36 tiveram sua área titulada até agora.

Para a população negra, o quilombo representa a conquista da liberdade, como representou na época da escravidão. Ele é o símbolo de uma transição entre duas eras. O fato de ainda não terem sido regularizados até hoje, 115 anos após a abolição, diz muito sobre a inércia branca que sempre comandou a vida política nacional. Nosso governo já decidiu que será feito um censo quilombola em todo o território nacional.

Sabemos, porém, que não basta apenas regularizar a posse. É necessário apoio financeiro, assistência técnica, educacional e social. E isso já vem sendo feito em pelo menos 150 quilombos pelo programa Fome Zero, como também por meio de uma política integrada de governo, abrangendo assistência técnica, extensão rural, o Plano Nacional da Reforma Agrária, a educação, com o programa Brasil Alfabetizado, e a saúde, entre outras áreas.

É preciso sublinhar que um forte elemento de cidadania e justiça social é o acesso à educação. Já instituímos o ensino da história da África e da população negra nas nossas escolas. E vamos decidir sobre as cotas para negros nas universidades, mantendo firme diálogo com as instituições de ensino e o conjunto das organizações da sociedade civil.

Meus companheiros e minhas companheiras.

Ser negro na sociedade mais desigual do Planeta significa acumular todos os desafios históricos da luta contra a exclusão. Mas, o mais urgente de todos eles é justamente adquirir a consciência dos seus direitos.

Um levantamento do IBGE demonstra que apenas 6,5% dos brasileiros se reconhecem negros. Não há sintoma mais dramático de racismo numa sociedade do que induzir um homem e uma mulher a negarem a sua própria identidade.



Enquanto persistirem injustiças que levem alguém a preferir a invisibilidade a admitir sua origem, o Brasil não conseguirá erguer-se como nação forte e soberana.

Vencer a desigualdade racial é, também, lutar por soberania. Não a soberania baseada na dominação de um povo sobre o outro, mas aquela baseada no estreitamento de relações comerciais, políticas e culturais com aqueles povos e continentes que aspiram, como nós, a um futuro de independência e dignidade.

Sinto-me de alma lavada por ter sido o Presidente da República que, no primeiro ano de mandato, decidi saldar uma dívida antiga do Brasil: acabamos de percorrer uma parte do imenso continente africano para dizer e ouvir, em cinco países: somos irmãos, somos parceiros, temos desafios comuns, temos lições a trocar. Vamos caminhar juntos. Vamos acelerar o nosso passo, conscientes de que não é possível superar, em quatro anos, o que se estabeleceu em quatro séculos nos dois continentes.

Mas essa é a verdadeira globalização humanitária, essa é uma forma de desenvolvimento pela qual vale a pena viver e lutar, aquela na qual a cor de um ser humano não define o seu caráter, a sua inteligência, os seus sentimentos e a sua capacidade, mas apenas expressa a maravilhosa diversidade racial e cultural da qual somos feitos.

Por isso eu quero terminar dizendo: Viva Zumbi! Viva Palmares! Viva a igualdade entre os povos do mundo e do Brasil!

Muito obrigado.

/rss